PREGÃO ELETRÔNICO

074/2026

UNIDADE COMPRADORA (UASG)
987823

Encontre no compras.gov.br como:
Contratação: 987823-51/2026

OBJETO

AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS NOVOS, ZERO QUILÔMETRO, COMPREENDENDO 01 (UMA) AMBULÂNCIA TIPO A - SIMPLES REMOÇÃO, 03 (TRÊS) AMBULÂNCIAS TIPO B - SUPORTE BÁSICO E 01 (UMA) VAN PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R$ 1.709.779,82

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **16/11/2026** às 08:30**h (horário de Brasília)**

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

[menor preço] por [item]

MODO DE DISPUTA:

[aberto e fechado]

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 074/2026

(Processo Administrativo n° 345/2026)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o(a) MUNICIPIO DE RIO NEGRO, CNPJ 76.002.641/0001-47, por meio Departamento de Licitações, sediado(a) RUA JUVENAL FERREIRA PINTO, 2070, bairro SEMINARIO, na cidade de RIO NEGRO/PR , CEP 83.881-500, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade Pregão Eletrônico, na forma Eletrônica, com critério de julgamento Menor Preço , Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é **AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS NOVOS, ZERO QUILÔMETRO, COMPREENDENDO 01 (UMA) AMBULÂNCIA TIPO A - SIMPLES REMOÇÃO, 03 (TRÊS) AMBULÂNCIAS TIPO B - SUPORTE BÁSICO E 01 (UMA) VAN PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Não poderão disputar esta licitação:

2.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.5.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.5.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.5.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.5.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.5.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.5.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.5.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.5.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.5.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.7. O impedimento de que trata o item 2.5.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.5.4 e 2.5.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. O disposto nos itens 2.5.4 e 2.5.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto

executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

2.12. A vedação de que trata o item 2.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico,

que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.6.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.6.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.6.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.6.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.6.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.6.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.6.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.6.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.7. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

4.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3, 5.5 ou 5.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.13. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

4.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Marca.

5.1.2. Fabricante.

5.1.3. Valor expresso em Reais (R$).

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.8. NO CASO DE ALGUMA INCONSISTÊNCIA (DIFERENÇAS) NO DESCRITIVO DOS ITENS ENTRE O TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I) E O CONSTANTE NA PLATAFORMA DO PREGÃO ELETRÔNICO, **DEVERÁ SER CONSIDERADO O DESCRITIVO DO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I)**.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valor entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de

Intervalo Mínimo
0,10%

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou

inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto e fechado.

6.11. No modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.3. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema,

contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada.

6.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

6.20.4. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto n° 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU n° 226, de 9 de setembro de 2025.

6.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2. empresas brasileiras;

6.21.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes

serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.23.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.23.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante.

6.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, e

7.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei n° 8.429, de 1992 , também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs , o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. contiver vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência.

7.7.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

7.9.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.9.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.10. Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.10.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, contratação semi-integrada ou contratação integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.10.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.

7.10.3. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da

necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semiintegrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.12.2. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.12.3. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.12.4. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

7.16. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o

licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.17. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.19. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei .

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo

proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.8.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.9. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.11. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

8.11.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.11.3. suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.11.4. suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.12. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.13. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem

8.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.16. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.16.1. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação

8.16.2. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

9.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

9.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

9.4. O prazo do item 10.2 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de

intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico:

https://rionegro.atende.net/transparencia/item/licitacoes-gerais

→ Inserir no filtro os dados do processo: (Ano:2026 - Modalidade: Pregão Eletrônico – Lei 14.133/2021)

→ Localizar o pregão pelo seu número, clicar na Lupa e acessar o anexo desejado.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou

prestar declaração falsa durante a licitação

11.1.6. fraudar a licitação;

11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

11.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. advertência;

11.2.2. multa;

11.2.3. impedimento de licitar e contratar e

11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

11.3.2. as peculiaridades do caso concreto

11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0.5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo o qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

11.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame, ou seja, até 10/11/2026.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: RIO NEGRO DIGITAL (atende.net), ou pelo e-mail licita.rionegro@gmail.com .

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.rionegro.atende.net

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

13.11.2. ANEXO II - Minuta do Contrato

13.11.3. ANEXO III - Justificativa pela não Exclusividade para Microempresa ou

Empresa de Pequeno Porte.

13.11.4. ANEXO IV - Modelo de proposta comercial

13.11.5. ANEXO V – Manual Identidade de Frotas SESA – Modelo Plotagem Dos Veículos

Rio Negro, 28 de outubro de 2026

.....
ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (*art. 6, XXIII, "a", Lei n. 14.133/2021*)

1.1. Aquisição de veículos automotores novos, zero quilômetro, compreendendo 01 (uma) Ambulância Tipo A – Simples Remoção, 03 (três) Ambulâncias Tipo B – Suporte Básico e 01 (uma) Van para transporte de passageiros, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Rio Negro/PR, conforme condições, quantidades, especificações e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

Item	Qtde	Un.	Especificação	Preço Máx. Unitário	Preço Máx. Total
1	1,00	UN	**AMBULÂNCIA TIPO A - PARA SIMPLES REMOÇÃO** Ambulância Tipo A - simples remoção, nova, zero quilômetro, sem uso anterior, ano/modelo atual ou subsequente, cor branca, com as seguintes características e requisitos mínimos: **VEÍCULO E CARACTERÍSTICAS GERAIS:** Motor diesel, com potência mínima de 130 cv; direção assistida, podendo ser hidráulica, elétrica ou eletro-hidráulica; volume interno do salão de atendimento de no mínimo 08 m³; ar-condicionado na cabine do motorista e no salão de atendimento; ar quente; vidros elétricos nas portas dianteiras da cabine; travamento elétrico das portas, com acionamento por chave e/ou controle remoto; espelhos externos com acionamento elétrico; rádio com alto falante,faróis auxiliares/neblina; alarme sonoro de ré; chave reserva; película de controle solar nos vidros, em conformidade com a legislação de trânsito vigente; pneu estepe acondicionado fora do salão de atendimento. **SALÃO DE ATENDIMENTO E ADAPTAÇÃO**: Isolamento termoacústico; revestimento interno das laterais e teto em PRFV (plástico reforçado com fibra de vidro) ou ABS (acrilonitrila butadieno estireno); piso antiderrapante em fibra de vidro ou ABS; banco do assistente com poltrona anatômica e cinto de segurança; banco lateral para 02(duas) ou 03 (três) pessoas, com cintos de segurança individuais, estofamento em courvin de alta resistência, encostos de cabeça, assentos e encostos individuais; maca retrátil em alumínio, com comprimento mínimo de 1,86 m, acompanhada de colchonete e cintos de segurança; iluminação interna; 02 (duas) tomadas internas 2P+T, 110 Vca; 02 (duas) tomadas internas 12 Vcc; inversor de tensão com potência mínima de 1.000 W; barras de apoio para auxílio no embarque e desembarque, instaladas junto à porta lateral e à porta traseira do salão de atendimento; instalação de 01 (um) ventilador; instalação de 01 (um) exaustor; porta lateral corrediça de acesso ao salão de atendimento, com vidro de correr e película jateada; divisória entre a cabine do motorista e o salão de atendimento, com vidro de correr para comunicação	322.116,6300	322.116,63

Item	Qtde	Un.	Especificação	Preço Máx. Unitário	Preço Máx. Total
			entre as áreas; 01 (um) suporte para soro fixado no balaústre; balaústre fixado no teto; acabamento e vedação dos cantos com Sikaflex ou produto tecnicamente equivalente; reforço em alumínio fixado no piso, sob as rodas/pontos de apoio da maca; prancha de resgate em polietileno, com cintos de fixação; suporte para cadeira de rodas. **SISTEMA DE OXIGÊNIO**: Suporte para cilindro de oxigênio de 03 m³; 01 (um) cilindro de oxigênio de 03 m³, com válvula e manômetro; régua de oxigênio de 03 (três) pontos, contendo fluxômetro, aspirador e umidificador; acompanhado de válvula; **SINALIZAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO:** Barra de sinalização de emergência; sirene eletrônica com potência mínima de 100 W; estrobos no para-choque dianteiro; estrobos no para-choque traseiro; sinalização visual e sonora em conformidade com a legislação de trânsito vigente; **REGULARIDADE E EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS**: Transformação/adaptação em conformidade com a legislação de trânsito vigente e demais normas aplicáveis à Ambulância Tipo A; CAT Certificado de Adequação à Legislação de Trânsito, correspondente à marca/modelo/versão e à transformação realizada, quando legalmente exigível; ferramental de porte obrigatório e todos os equipamentos e itens de segurança exigidos pela legislação de trânsito vigente e pelas normas aplicáveis do CONTRAN. **GARANTIA E REVISÕES:** Veículo-base: garantia mínima de 12 (doze) meses ou 100.000 km, o que ocorrer primeiro, contados do recebimento definitivo, observadas as condições de garantia do fabricante quando mais benéficas à Administração. Transformação/adaptação: garantia mínima de 12 (doze) meses, contados do recebimento definitivo, abrangendo os serviços de transformação, instalações, equipamentos, componentes e acessórios incorporados ao veículo. A garantia da transformação deverá ser prestada pela empresa responsável pela transformação, permanecendo a CONTRATADA integralmente responsável perante o Município pelo cumprimento das obrigações de garantia do objeto, inclusive quanto à transformação/adaptação. Deverão estar incluídas no fornecimento as 02 (duas) primeiras revisões periódicas previstas no plano de manutenção do fabricante, incluindo os serviços e itens previstos para as respectivas revisões, sem ônus adicional para a Administração. **CONDIÇÃO DE ENTREGA, REGULARIZAÇÃO E EMPLACAMENTO:** O veículo deverá ser entregue completamente transformado, equipado, plotado, documentado, regularizado, registrado, emplacado e licenciado em nome do Município de Rio Negro/PR, pronto para utilização como Ambulância Tipo A Simples		

Item	Qtde	Un.	Especificação	Preço Máx. Unitário	Preço Máx. Total
			Remoção. Todas as providências e despesas necessárias ao registro, emplacamento, fornecimento e instalação das placas, regularização e licenciamento do veículo serão de responsabilidade da CONTRATADA, observadas as isenções, imunidades ou gratuidades legalmente aplicáveis ao Município. Toda a documentação necessária à comprovação da regularidade do veículo e de sua transformação deverá acompanhar a entrega.		
2	3,00	UN	**AMBULÂNCIA TIPO B - SUPORTE BÁSICO** Ambulância Tipo B Suporte Básico, nova, zero quilômetro, sem uso anterior, ano/modelo atual ou subsequente, cor branca, tipo furgão, longo e teto alto, devidamente transformada, equipada e pronta para utilização, com as seguintes características e requisitos mínimos: **VEÍCULO E CARACTERÍSTICAS GERAIS**:Veículo tipo furgão, configuração longa e teto alto, com carroceria original de fábrica; motor diesel, com potência mínima de 130 cv; direção assistida, podendo ser hidráulica, elétrica ou eletro-hidráulica; compartimento de carga original do veículo com comprimento interno mínimo de 3.000 mm e altura interna mínima de 1.800 mm, antes da transformação, devendo o salão de atendimento, após transformado, possuir dimensões compatíveis com a instalação e utilização segura da maca, assentos, mobiliário, sistema de oxigênio, equipamentos e demais componentes previstos neste descritivo, assegurando adequada circulação, acesso ao paciente e operação dos equipamentos; ar-condicionado na cabine do motorista e sistema de climatização quente/frio no salão de atendimento; vidros elétricos nas portas dianteiras da cabine; travamento elétrico das portas, com acionamento por chave e/ou controle remoto; espelhos externos com acionamento elétrico; rádio ou similar, com no mínimo 02 (dois) alto-falantes instalados; faróis auxiliares/neblina; alarme sonoro de ré; câmera de ré; sensores de estacionamento traseiros; chave reserva; película de controle solar nos vidros, em conformidade com a legislação de trânsito vigente; porta lateral corrediça de acesso ao salão de atendimento, com vidro de correr e película jateada; duas portas traseiras com abertura compatível com a operação da ambulância, dotadas de dispositivo que permita mantê-las abertas com segurança e impeça seu fechamento espontâneo; pneu estepe acondicionado fora do salão de atendimento. **SALÃO DE ATENDIMENTO E TRANSFORMAÇÃO**: Isolamento termoacústico; revestimento interno das laterais e teto em PRFV (plástico reforçado com fibra de vidro) ou ABS (acrilonitrila butadieno estireno), resistente, impermeável, lavável e de fácil higienização; piso	356.316,0000	1.068.948,00

Item	Qtde	Un.	Especificação	Preço Máx. Unitário	Preço Máx. Total
			antiderrapante, impermeável e resistente; banco do assistente/socorrista com poltrona anatômica regulável e cinto de segurança de 03 (três) pontos; banco lateral tipo baú para 03 (três) pessoas, com cintos de segurança individuais, estofamento em courvin de alta resistência, encostos de cabeça, assentos e encostos individuais; armário aéreo; bancada ou armário inferior; lixeira ou compartimento apropriado para resíduos; divisória entre a cabine do motorista e o salão de atendimento, com vidro de correr para comunicação entre as áreas; balaústre fixado no teto; barras de apoio para auxílio no embarque e desembarque, instaladas junto à porta lateral e à porta traseira do salão de atendimento; suporte para soro; iluminação interna em LED; instalação de 01 (um) ventilador e 01 (um) exaustor; iluminação externa traseira para auxílio no embarque e desembarque; acabamento e vedação dos cantos com Sikaflex ou produto tecnicamente equivalente; reforço em alumínio fixado no piso, sob as rodas/pontos de apoio da maca; prancha de resgate em polietileno, com cintos de fixação; suporte para cadeira de rodas. Deverá possuir maca retrátil em alumínio, com comprimento mínimo de 1,90 m, cabeceira basculante, rodízios, colchonete revestido em material impermeável e lavável, sistema de fixação ao veículo e no mínimo 03 (três) cintos de segurança. **SISTEMA ELÉTRICO**: Além do sistema elétrico original do veículo, deverá possuir sistema elétrico auxiliar destinado ao salão de atendimento, com bateria auxiliar independente, de no mínimo 120 Ah, 12 V, do tipo livre de manutenção; alternador e cabeamento compatíveis com o sistema, dimensionados para alimentar simultaneamente os equipamentos instalados, sem risco de sobrecarga; sistema de bloqueio automático que impeça a utilização da bateria do motor para alimentação do salão de atendimento quando o veículo estiver desligado; circuitos do compartimento de atendimento independentes dos circuitos originais do veículo, protegidos por disjuntores ou dispositivos equivalentes; central elétrica com disjuntores, relés e chave geral, instalada em local de fácil acesso para inspeção e manutenção; no mínimo 04 (quatro) tomadas internas 2P+T, 110 Vca; 02 (duas) tomadas internas 12 Vcc; inversor de tensão de 12 Vcc para 110 Vca, com potência mínima de 1.000 W; entrada externa de energia elétrica, protegida contra intempéries, compatível com alimentação em 127/220 V; sistema de recarga da bateria auxiliar quando conectado à rede externa; fiação devidamente identificada, protegida e fixada, com instalação compatível com o uso veicular. **SISTEMA DE OXIGÊNIO**: Sistema fixo de oxigênio medicinal instalado no salão de atendimento, composto, no mínimo, por suporte		

Item	Qtde	Un.	Especificação	Preço Máx. Unitário	Preço Máx. Total
			próprio para cilindro; 01 (um) cilindro de oxigênio medicinal com capacidade de 03 m³; válvula; manômetro; tubulação ou mangueira apropriada para oxigênio medicinal; régua de oxigênio com 03 (três) pontos, contendo fluxômetro, aspirador e umidificador; 01 (um) cilindro portátil de oxigênio medicinal, com capacidade de 0,5 m³, acompanhado de válvula. O cilindro do sistema fixo deverá possuir sistema de fixação seguro, resistente à movimentação, vibrações e trepidações do veículo, impedindo seu deslocamento durante a operação. **SINALIZAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO**: Barra de sinalização de emergência em LED; sirene eletrônica com potência mínima de 100 W; sinalizadores luminosos auxiliares dianteiros e traseiros; iluminação externa traseira para auxílio no embarque e desembarque; sinalização visual e sonora em conformidade com a legislação de trânsito vigente; layout corporativo em adesivo; plotagem conforme padrão de identidade visual vigente da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná SESA/PR e do Município de Rio Negro/PR, quando aplicável. **REGULARIDADE E EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS**: Transformação/adaptação em conformidade com a legislação de trânsito vigente e demais normas aplicáveis à Ambulância Tipo B Suporte Básico; CAT – Certificado de Adequação à Legislação de Trânsito, correspondente à marca/modelo/versão e à transformação realizada, quando legalmente exigível; ferramental de porte obrigatório e todos os equipamentos e itens de segurança exigidos pela legislação de trânsito vigente e pelas normas aplicáveis do CONTRAN. **GARANTIA E REVISÕES**: Veículo-base: garantia mínima de 12 (doze) meses ou 100.000 km, o que ocorrer primeiro, contados do recebimento definitivo, observadas as condições de garantia do fabricante quando mais benéficas à Administração. Transformação/adaptação: garantia mínima de 12 (doze) meses, contados do recebimento definitivo, abrangendo os serviços de transformação, instalações, equipamentos, componentes e acessórios incorporados ao veículo. A garantia da transformação deverá ser prestada pela empresa responsável pela transformação, permanecendo a CONTRATADA integralmente responsável perante o Município pelo cumprimento das obrigações de garantia do objeto, inclusive quanto à transformação/adaptação. Deverão estar incluídas no fornecimento as 02 (duas) primeiras revisões periódicas previstas no plano de manutenção do fabricante, incluindo os serviços e itens previstos para as respectivas revisões, sem ônus adicional para a Administração. **CONDIÇÃO DE ENTREGA,**		

Item	Qtde	Un.	Especificação	Preço Máx. Unitário	Preço Máx. Total
			REGULARIZAÇÃO E EMPLACAMENTO: O veículo deverá ser entregue completamente transformado, equipado, plotado, documentado, regularizado, registrado, emplacado e licenciado em nome do Município de Rio Negro/PR, pronto para utilização como Ambulância Tipo B Suporte Básico. Todas as providências e despesas necessárias ao registro, emplacamento, fornecimento e instalação das placas, regularização e licenciamento do veículo serão de responsabilidade da CONTRATADA, observadas as isenções, imunidades ou gratuidades legalmente aplicáveis ao Município. Toda a documentação necessária à comprovação da regularidade do veículo e de sua transformação deverá acompanhar a entrega.		
3	1,00	UN	**VEÍCULO TIPO VAN, NA COR BRANCA, ZERO QUILOMETRO** Veículo automotor tipo Van para transporte de passageiros, novo, zero quilômetro, sem uso anterior, cor branca, ano/modelo atual ou subsequente, com capacidade mínima para 15 (quinze) passageiros + 01 (um) motorista, totalizando no mínimo 16 (dezesseis) lugares, com as seguintes características e requisitos mínimos: **CARACTERÍSTICAS GERAIS**: Motor movido a diesel, com potência mínima de 130 cv; direção assistida, podendo ser hidráulica, elétrica ou eletro-hidráulica; banco do motorista com ajuste de altura; bancos destinados aos passageiros fixos ou reclináveis, conforme configuração do veículo, atendidas as condições de segurança e conforto aplicáveis; barra de apoio para embarque dos passageiros; estribo para embarque; ar quente; ar-condicionado com duto ou sistema de distribuição de ar para todo o compartimento de passageiros; salão/compartimento de passageiros com volume mínimo de 13 m³; vidros elétricos na cabine; travas elétricas; espelho retrovisor interno; espelhos retrovisores externos com acionamento elétrico; rádio ou sistema de áudio equivalente, com antena e no mínimo 04 (quatro) alto-falantes instalados; sensor de estacionamento traseiro; câmera de ré; airbags frontais para motorista e passageiro dianteiro, conforme configuração/homologação do veículo; freios ABS; faróis auxiliares/neblina; tapetes de borracha ou material similar para a cabine; manual do proprietário e chave reserva. **COMPARTIMENTO DE PASSAGEIROS**: Capacidade mínima para 15 (quinze) passageiros, além do motorista; iluminação individual para leitura dos passageiros; película de controle solar nos vidros, em conformidade com a legislação de trânsito vigente; bagageiro/maleiro com capacidade compatível com a lotação e a finalidade de transporte de passageiros do veículo; 01 (um) ponto	318.715,1900	318.715,19

Item	Qtde	Un.	Especificação	Preço Máx. Unitário	Preço Máx. Total
			de alimentação/carregamento de dispositivos móveis na cabine e, no mínimo, 04 (quatro) pontos distribuídos no compartimento de passageiros, admitidos conectores USB, tomadas 12 V ou solução equivalente adequada à finalidade. **CRONOTACÓGRAFO**: Registrador instantâneo e inalterável de velocidade e tempo (cronotacógrafo), instalado e em situação regular perante os órgãos competentes, com comprovação de sua regularidade metrológica, quando exigível pela regulamentação vigente. **EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS:** Ferramental de porte obrigatório e todos os equipamentos e itens de segurança exigidos pela legislação de trânsito vigente e pelas normas aplicáveis do CONTRAN; veículo e respectivos equipamentos em conformidade com a legislação de trânsito vigente e demais normas aplicáveis à categoria. **GARANTIA E REVISÕES:** Garantia mínima de 12 (doze) meses ou 100.000 km, o que ocorrer primeiro, abrangendo o veículo e seus componentes, contados do recebimento definitivo. Deverão estar incluídas no fornecimento as 02 (duas) primeiras revisões periódicas previstas no plano de manutenção do fabricante, incluindo os serviços e itens previstos para as respectivas revisões, sem ônus adicional para a Administração. **PLOTAGEM:** Plotagem do veículo conforme Manual da Frota APSUS e padrão fornecido pela Administração. **CONDIÇÃO DE ENTREGA, REGULARIZAÇÃO E EMPLACAMENTO**: O veículo deverá ser entregue equipado, plotado, documentado, regularizado, registrado, emplacado e licenciado em nome do Município de Rio Negro/PR, pronto para utilização. Todas as providências e despesas necessárias ao registro, emplacamento, fornecimento e instalação das placas, regularização e licenciamento do veículo serão de responsabilidade da CONTRATADA, observadas as isenções, imunidades ou gratuidades legalmente aplicáveis ao Município. Toda a documentação necessária à comprovação da regularidade do veículo deverá acompanhar a entrega.		

1.2. Os bens objeto desta contratação são classificados como comuns, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.
1.3. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da data estabelecida no instrumento contratual, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

(art. 6, inciso XXIII,alínea 'b', Lei n. 14.133/2021).

2.1. A contratação tem por finalidade atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Rio Negro/PR, mediante a aquisição de veículos automotores novos, zero quilômetro, destinados ao transporte sanitário de pacientes e usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), bem como à realização de remoções e ao atendimento das demandas dos serviços municipais de saúde.

A aquisição compreende 01 (uma) Ambulância Tipo A – Simples Remoção, 03 (três) Ambulâncias Tipo B – Suporte Básico e 01 (uma) Van para transporte de passageiros, conforme quantitativos e especificações definidos neste Termo de Referência.

A necessidade da contratação decorre da demanda de renovação, ampliação e adequação da frota da Secretaria Municipal de Saúde, visando assegurar condições apropriadas de transporte, segurança, continuidade e eficiência na prestação dos serviços públicos de saúde, bem como atender às necessidades identificadas pela Administração e viabilizar a aplicação dos recursos destinados à aquisição dos veículos.

A contratação encontra-se fundamentada no Estudo Técnico Preliminar elaborado para a presente aquisição, no qual foram demonstradas a necessidade administrativa, a adequação da solução escolhida e a viabilidade da contratação.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (*art.6, inciso XXIII, alínea 'c', Lei n. 14.133/2021).*

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO *(art. 6, inciso XXIII, alínea 'd', Lei n. 14.133/2021).*

4.1. Os veículos a serem fornecidos deverão ser novos, zero quilômetro, sem uso anterior e sem registro, licenciamento ou emplacamento anterior para circulação, admitindo-se o registro eletrônico de estoque no RENAVE, o qual não descaracteriza a condição de veículo novo. O primeiro registro, licenciamento e emplacamento para circulação deverão ocorrer diretamente em nome do Município de Rio Negro/PR.

4.2. Os veículos deverão atender integralmente às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, bem como às normas de trânsito, segurança, acessibilidade, ambientais e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ao respectivo tipo de veículo.

4.3. Os veículos deverão ser entregues completos, em perfeito estado de funcionamento e conservação, acompanhados de todos os equipamentos, componentes, acessórios e itens obrigatórios exigidos pela legislação vigente e pelas especificações deste Termo de Referência.

4.4. Deverão estar incluídos no preço ofertado todos os custos necessários ao fornecimento e à entrega dos veículos nas condições estabelecidas neste Termo de Referência, incluindo, conforme aplicável, veículo, equipamentos, acessórios, transformação, adaptação, plotagem, frete, transporte, documentação, regularização, primeiro registro, licenciamento, emplacamento, garantia, revisões incluídas e demais despesas necessárias à disponibilização dos veículos em condições de uso pelo Município.

4.5. Caberá à Contratada realizar os procedimentos necessários ao primeiro registro, licenciamento e emplacamento dos veículos diretamente em nome do Município de Rio Negro/PR, arcando com os respectivos custos, observadas eventuais isenções, imunidades ou gratuidades legalmente aplicáveis ao Município.

4.6. Os veículos deverão ser entregues livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames, alienações fiduciárias ou restrições financeiras que impeçam ou limitem sua plena propriedade, registro, licenciamento e utilização pelo Município, devendo tal condição ser verificada antes do recebimento definitivo.

4.7. As Ambulâncias Tipo A – Simples Remoção e Tipo B – Suporte Básico deverão ser entregues integralmente transformadas, adaptadas, equipadas, identificadas e regularizadas para a finalidade a que se destinam, em conformidade com as especificações deste Termo de Referência e com a legislação e regulamentação aplicáveis.

4.8. Quando legalmente exigido em razão da transformação realizada, deverá ser apresentado o Certificado de Adequação à Legislação de Trânsito – CAT correspondente à marca, modelo, versão e transformação do veículo, acompanhado dos demais documentos necessários à comprovação de sua regularidade.

4.9. A transformação e adaptação das ambulâncias poderão ser executadas por empresa especializada distinta da Contratada, permanecendo esta integralmente responsável perante o Município pelo cumprimento das especificações, pela qualidade dos serviços executados, pelos equipamentos e componentes instalados, pela regularidade da transformação e pelas obrigações de garantia.

4.10. A empresa responsável pela transformação das ambulâncias deverá possuir regularidade e capacidade técnica compatíveis com os serviços executados, inclusive registro da empresa e do responsável técnico perante o conselho profissional competente, quando aplicável, bem como comprovação de capacidade técnica pertinente à transformação pretendida, mediante apresentação do Certificado de Capacitação Técnica – CCT, nos termos do subitem 8.15, alínea "c", e demais documentos legalmente exigíveis, inclusive o CAT correspondente, quando cabível.

4.10.1. A documentação relativa à empresa responsável pela transformação das ambulâncias deverá ser apresentada pelo licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, na etapa e no prazo definidos no Edital, para verificação do atendimento às exigências deste Termo de Referência.

4.10.2. A apresentação da documentação da empresa transformadora não afasta nem reduz a responsabilidade integral da Contratada perante o Município pela entrega das ambulâncias em conformidade com as condições estabelecidas na contratação.

4.11. Os veículos deverão receber a identificação visual e a plotagem correspondentes à respectiva fonte de recurso, programa ou finalidade, quando exigidas, inclusive a padronização visual do APSUS nos casos aplicáveis, observados os modelos, orientações e arquivos disponibilizados pela Administração ou pelo órgão responsável pelo programa.

4.12. Os veículos deverão possuir garantia mínima **de 12 (doze) meses ou 100.000 (cem mil) quilômetros, o que ocorrer primeiro**, contados do recebimento definitivo, sem prejuízo de condição mais favorável oferecida pelo fabricante.

4.13. Para as Ambulâncias Tipo A – Simples Remoção e Tipo B – Suporte Básico, a transformação, adaptação, instalações, equipamentos, componentes e acessórios decorrentes da transformação deverão possuir garantia mínima de **12 (doze) meses**, contados do recebimento definitivo. A garantia da transformação poderá ser prestada diretamente pela empresa transformadora, sem prejuízo da responsabilidade integral da Contratada perante o Município.

4.14. Deverão estar incluídas no fornecimento, sem custos adicionais para o Município, as **2 (duas) primeiras revisões periódicas previstas pelo fabricante** para cada veículo.

4.15. Durante o período de garantia, a Contratada será responsável pela correção dos defeitos abrangidos pela garantia, incluindo os serviços, peças, componentes e demais providências necessárias ao restabelecimento das condições normais de funcionamento do veículo, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

4.16. Durante o período de garantia, a Contratada deverá assegurar assistência técnica autorizada da marca do veículo para a realização de revisões periódicas, manutenções e reparos necessários.
4.16.1. As 2 (duas) primeiras revisões periódicas previstas pelo fabricante deverão ser realizadas em assistência técnica autorizada, sem custo para o Município quanto aos serviços e itens abrangidos pelas respectivas revisões. O deslocamento do veículo até a assistência técnica será realizado por seus próprios meios, salvo se houver defeito, pane ou outra condição que impeça ou desaconselhe tecnicamente sua circulação.

4.16.2. Quando o veículo apresentar defeito ou pane cobertos pela garantia que impeçam sua circulação ou comprometam as condições de segurança para o deslocamento, a Contratada deverá providenciar, sem ônus para o Município, o transporte do veículo, inclusive mediante serviço de guincho, quando necessário, até a assistência técnica autorizada competente.

4.16.3. Nos casos em que o veículo possa circular normalmente, o encaminhamento à assistência técnica para atendimento em garantia poderá ocorrer por seus próprios meios, sem prejuízo da responsabilidade da Contratada pelos reparos abrangidos pela garantia.

4.16.4. Todos os custos relativos à execução da garantia correrão por conta da Contratada, inclusive peças, componentes, mão de obra, deslocamento de pessoal e, quando necessário nas hipóteses previstas neste Termo de Referência, transporte ou guincho do veículo.

4.16.5. O prazo para reparo ou, quando necessário, substituição do veículo, equipamento, componente ou acessório abrangido pela garantia será de até **30 (trinta) dias**, contados da comunicação formal da ocorrência à Contratada.

4.16.6. Excepcionalmente, quando a complexidade do reparo, a necessidade de obtenção de peças específicas ou outra circunstância tecnicamente justificável inviabilizar o atendimento no prazo previsto no subitem anterior, a Contratada deverá, antes do seu término, apresentar solicitação formal de prorrogação, devidamente motivada, acompanhada das informações e documentos que demonstrem as causas do atraso, as providências já adotadas e o prazo adicional necessário para a solução.

4.16.7. A prorrogação dependerá de análise e aceitação da Administração e será concedida apenas pelo período estritamente necessário à conclusão do reparo ou substituição, sem afastar as demais responsabilidades da Contratada previstas neste Termo de Referência.

4.17. Os veículos deverão ser entregues acompanhados dos respectivos manuais de uso e manutenção, chaves e chave reserva, documentos pertinentes e todos os equipamentos e acessórios previstos neste Termo de Referência e na legislação aplicável.

4.18. Não será exigido que a Contratada seja concessionária autorizada do fabricante do veículo, sendo admitida a participação de concessionárias, distribuidoras, revendedoras e demais empresas legalmente aptas ao fornecimento, desde que atendam integralmente às condições e especificações estabelecidas neste Termo de Referência e no Edital.

4.19. **Subcontratação**

Será admitida a subcontratação exclusivamente de parcelas acessórias ou especializadas do objeto, quando necessária à sua adequada execução, tais como transformação das ambulâncias, instalação de equipamentos ou acessórios e execução de plotagem, permanecendo vedada a transferência integral do objeto e mantida a responsabilidade integral da Contratada perante a Administração.

4.20. **Garantia da Contratação**
Não será exigida garantia de execução contratual prevista nos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, considerando a natureza do objeto, a forma de fornecimento e as demais condições estabelecidas neste Termo de Referência.

4.21. **Vistoria**
Não será exigida vistoria prévia para participação no procedimento licitatório, tendo em vista que as condições necessárias à formulação das propostas encontram-se descritas neste Termo de Referência e em seus anexos.

4.22. **Amostra**
Não será exigida a apresentação de amostra dos veículos na fase de seleção do fornecedor, sem prejuízo da verificação, por ocasião do recebimento, da conformidade dos veículos, equipamentos, acessórios, adaptações, documentos e demais características com as exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO
(art. 6, inciso XXIII, alínea 'e', Lei n. 14.133/2021).

5.1. O fornecimento dos veículos será realizado mediante emissão de Ordem de Compra ou instrumento equivalente pela Administração.

5.2. Os prazos máximos para entrega, contados do recebimento da Ordem de Compra ou instrumento equivalente, serão os seguintes:
a) Ambulância Tipo A – Simples Remoção: até **120 (cento e vinte) dias**;
b) Ambulâncias Tipo B – Suporte Básico: até **120 (cento e vinte) dias**;
c) Van para transporte de passageiros: até **120 (cento e vinte) dias**;

5.2.1. Para o item correspondente às Ambulâncias Tipo B – Suporte Básico, será admitida a entrega parcelada das unidades, desde que observado o prazo máximo estabelecido para a entrega integral do quantitativo contratado, permanecendo cada unidade sujeita aos procedimentos de recebimento e aceitação previstos neste Termo de Referência.

5.3. Caso não seja possível realizar a entrega no prazo estabelecido, a Contratada deverá comunicar formalmente a Administração antes do seu término, apresentando as razões que impossibilitam o cumprimento, acompanhadas da respectiva justificativa e, quando cabível, de documentos comprobatórios, para análise de eventual pedido de prorrogação, sem prejuízo da aplicação das medidas cabíveis quando o atraso decorrer de fato imputável à Contratada.

5.4. Os veículos deverão ser entregues no pátio da **Prefeitura Municipal de Rio Negro**, situado à Rua Juvenal Ferreira Pinto, nº 2070, Bairro Seminário, Rio Negro – PR, em dias úteis, no horário **das 08h00 às 10h30 e das 13h30 às 16h00.**

5.5. A Contratada será responsável pelo transporte dos veículos até o local de entrega, arcando com todos os custos e encargos logísticos necessários, inclusive frete.

5.6. Os veículos deverão ser transportados e entregues em condições que preservem sua integridade e a

condição de veículo novo, sem avarias, desgaste excessivo ou quilometragem incompatível com a condição de veículo zero quilômetro, admitidos os meios de transporte adequados à finalidade.

5.7. No ato da entrega, os veículos deverão estar integralmente equipados, adaptados, transformados, plotados, regularizados, registrados, emplacados e licenciados em nome do Município de Rio Negro/PR, conforme aplicável a cada item e de acordo com as exigências deste Termo de Referência.

5.8. Deverão acompanhar a entrega todos os documentos necessários à comprovação da regularidade e das condições do veículo, inclusive nota fiscal, manuais de uso e manutenção, certificados ou documentos de garantia, chaves e chave reserva, documentos relativos ao registro e licenciamento e demais documentos exigidos pela legislação ou por este Termo de Referência.

5.9. Para as ambulâncias, deverão acompanhar a entrega, ainda, os documentos pertinentes à transformação, adaptação e regularização do veículo, inclusive o CAT, quando legalmente exigido.

5.10. Os veículos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando estiverem em desacordo com as especificações, condições ou documentação exigidas, devendo a Contratada promover a correção, complementação ou substituição necessária, às suas expensas, sem prejuízo das demais medidas administrativas cabíveis.

5.11. O recebimento dos veículos observará os procedimentos, condições e prazos estabelecidos no item 7 deste Termo de Referência.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (*art. 6, inciso XXIII, alínea 'f', Lei n. 14.133/2021*).

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n. 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei n. 14.133/2021, art. 115, caput).

6.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, sendo designados para a gestão e fiscalização os seguintes servidores:

6.3.1. Gestor do contrato: Mayra Luana Konell – CPF nº 081.233.999-10
6.3.2. Fiscal do contrato: Fábio Elias - CPF nº 068.446.039-40
6.3.3. Fiscal suplente do contrato: Jaciara Ceni Wotroba – CPF nº 085.809.259-08

6.4. Caberá aos responsáveis pela gestão e fiscalização acompanhar a execução das obrigações contratuais, verificar a entrega dos veículos, a conformidade das especificações técnicas, equipamentos, transformações e documentação exigida, conforme aplicável a cada item, bem como a manutenção das condições de habilitação da Contratada, as garantias, eventuais glosas e demais ocorrências relacionadas à execução, adotando ou solicitando as providências cabíveis dentro de suas respectivas competências.

6.5. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, os fiscais deverão adotar tempestivamente as providências cabíveis no âmbito de suas competências, comunicando ao gestor do contrato as ocorrências que demandem medidas adicionais ou decisões superiores.

7. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO
(*art. 6, inciso XXIII, alínea 'g', Lei n.14.133/2021).*

7.1. Do Pagamento
Os pagamentos serão efetuados conforme a entrega e o recebimento definitivo dos veículos, admitido o pagamento individualizado por unidade efetivamente entregue e aceita, observados os valores contratados e o atendimento às especificações, condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

7.2. Do Recebimento

7.2.1.O objeto será recebido provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, para posterior verificação da conformidade dos veículos com as especificações, condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

7.2.2. A verificação de conformidade compreenderá, conforme aplicável, a conferência das características e especificações dos veículos, equipamentos, acessórios, adaptações, transformação, plotagem, documentação, registro, licenciamento, emplacamento e demais exigências da contratação.

7.2.3. Na conferência documental para o recebimento definitivo deverá ser verificada a inexistência de gravames, alienações fiduciárias, restrições financeiras ou demais ônus incompatíveis com a plena propriedade, utilização, registro, licenciamento e circulação do veículo pelo Município.

7.2.4. Na hipótese de constatação de qualquer inconformidade, o objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, fato que será registrado e reportado ao fiscal do contrato para as providências cabíveis, devendo a Contratada promover, às suas expensas, a correção, complementação, regularização ou substituição necessária, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais e contratuais cabíveis.

7.2.5. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até **10 (dez) dias úteis**, contados do recebimento provisório, após a verificação da conformidade dos veículos com as especificações técnicas, quantitativos, documentação e demais exigências estabelecidas neste Termo de Referência, mediante aceite da Administração.

7.2.5.1 Caso sejam identificadas inconformidades durante a verificação, o prazo para o recebimento definitivo ficará suspenso até que a Contratada promova a correção, complementação, regularização ou substituição necessária, em prazo estabelecido pela Administração, considerando a natureza e a complexidade da inconformidade, reiniciando-se a contagem após a comprovação do saneamento.

7.2.6. A Nota Fiscal deverá corresponder aos veículos efetivamente entregues e aceitos, observados os quantitativos, valores e demais informações constantes da respectiva Ordem de Compra ou instrumento equivalente.

7.2.7. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal nº 14.133/2021, comunicando-se à Contratada para emissão de Nota Fiscal correspondente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.2.8. O recebimento provisório ou definitivo não afastará a responsabilidade da Contratada por vícios, defeitos, desconformidades, irregularidades documentais ou demais obrigações decorrentes da garantia e da adequada execução do objeto.

Liquidação

7.3. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.
7.4. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) O prazo de validade;
b) A data da emissão;
c) Os dados do contrato e do órgão contratante;
d) O período respectivo de execução do contrato;
e) O valor a pagar;
f) E eventual destaque no valor de retenções tributárias cabíveis;

7.5. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará suspensa até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

7.6. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

7.7. A Administração deverá verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital e identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.8. Constatando-se uma situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa; o prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.10. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

Do prazo de pagamento

7.12. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da conclusão da liquidação da despesa, observadas as disposições aplicáveis.
7.13. No caso de atraso no pagamento, serão observados os critérios e encargos previstos no Edital e na legislação aplicável.

Forma de Pagamento

7.14. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
7.15. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
7.16. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável; independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
7.17. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n.º 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime; no entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

(art. 6, inciso XXIII, alínea 'h', Lei n.14.133/2021).

Forma de Seleção e Critério de Julgamento da Proposta
8.1. O fornecedor será selecionado por meio de procedimento licitatório, na modalidade **Pregão, sob a forma eletrônica**, adotando-se o critério de julgamento **pelo menor preço por item**, conforme definido no Estudo Técnico Preliminar e observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no Edital.

Exigências de habilitação
8.2. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica
8.3. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
8.4. Atos constitutivos estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrados, ou o registro público de empresário individual e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores, com a comprovação de publicação na imprensa da ata arquivada, bem como das alterações, caso existam, e, no caso de sociedades simples, acompanhados de prova de diretoria em exercício;
8.5. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista
8.6. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
8.7. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
8.8. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
8.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
8.10. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre
8.11. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.12. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
8.13. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.14. Considerando a natureza e as características do objeto, serão exigidos os documentos de qualificação econômico-financeira previstos no Edital, observada a legislação aplicável.

Qualificação Técnica

8.15. **Para fins de qualificação técnica, o licitante deverá apresentar:**

a) Atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a aptidão do licitante para o fornecimento de veículos automotores com características compatíveis com o objeto da contratação, admitidos atestados relativos ao fornecimento de veículos similares, sem exigência de identidade de marca ou modelo específico do veículo licitado

b) Para os itens relativos às Ambulâncias Tipo A – Simples Remoção e Tipo B – Suporte Básico, o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar deverá apresentar, na etapa e no prazo definidos no Edital, a documentação relativa à empresa responsável pela transformação veicular, conforme os requisitos estabelecidos neste Termo de Referência.

c) A empresa responsável pela transformação do veículo deverá comprovar sua regular capacitação técnica para a atividade de transformação veicular, mediante apresentação de Certificado de Capacitação Técnica – CCT válido e compatível com o objeto da contratação, emitido por organismo competente, ou de certificado válido de sistema de gestão da qualidade, emitido por organismo de certificação acreditado, quando admitido pela regulamentação vigente aplicável, observadas as condições de enquadramento da empresa e a compatibilidade do documento com a atividade de transformação veicular.

d) A documentação relativa à empresa transformadora deverá incluir, quando legalmente exigível, a comprovação de registro da empresa e do responsável técnico perante o conselho profissional competente, bem como os demais documentos necessários à demonstração de sua regularidade para a execução dos serviços de transformação veicular.

e) O Certificado de Adequação à Legislação de Trânsito – CAT, correspondente à marca, modelo, versão e transformação do veículo ofertado, deverá ser apresentado, quando legalmente exigido, por ocasião da entrega do veículo, acompanhado dos demais documentos necessários à comprovação da regularidade da transformação, conforme as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

f) A empresa responsável pela transformação poderá ser distinta da licitante, permanecendo esta integralmente responsável perante o Município pelo cumprimento das especificações técnicas, pela qualidade dos serviços executados, pelos equipamentos e componentes instalados, pela regularidade da transformação e pelas demais obrigações decorrentes da contratação.

g) Para o item relativo à Van para transporte de passageiros, não serão exigidos requisitos adicionais de qualificação técnica além do previsto na alínea "a" do subitem 8.15, sem prejuízo do atendimento integral às especificações e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência e no Edital.

Disposições gerais sobre habilitação

8.16. Caso o fornecedor seja a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; caso seja a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, ressalvados os atestados de capacidade técnica, bem como os documentos que, por sua própria natureza, comprovadamente sejam emitidos exclusivamente em nome da matriz.

9. **ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO** *(art. 6, inciso XXIII, alínea 'i', Lei n. 14.133/2021).*
9.1. O custo estimado total da contratação é de **R$1.709.779,82 (Um milhão setecentos e nove mil setecentos e setenta e nove reais com oitenta e dois centavos**) conforme definido no mapa de preços e pesquisa de preços anexos a fase interna do processo.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (*art. 6, inciso XXIII, alínea 'j', Lei n. 14.133/2021*).

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação serão atendidas pelas seguintes dotações orçamentária:
Código Reduzido:698 Itens: 2, 1
Órgão:11 - Sec. M. Saúde-SMS/Fundo M. de Saúde-FMS
Unidade:004 - Departamento de Assistência à Saúde -das
Ação:1159 - Adquirir veículos para o Fundo Municipal de Saúde
Vínculo:00000 - RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)
Subelemento:3449052520000000000 - Veículos de tração mecânica

Código Reduzido:1308 Itens: 1
Órgão:11 - Sec. M. Saúde-SMS/Fundo M. de Saúde-FMS
Unidade:004 - Departamento de Assistência à Saúde -das
Ação:1159 - Adquirir veículos para o Fundo Municipal de Saúde
Vínculo:10190 - Emendas Individuais do Legislativo
Subelemento:3449052520000000000 - Veículos de tração mecânica

Código Reduzido:1276 Itens: 3, 2
Órgão:11 - Sec. M. Saúde-SMS/Fundo M. de Saúde-FMS
Unidade:004 - Departamento de Assistência à Saúde -das
Ação:1159 - Adquirir veículos para o Fundo Municipal de Saúde
Vínculo:10054 - TRANSPORTE SANITÁRIO
Subelemento:3449052520000000000 - Veículos de tração mecânica

Código Reduzido:1277 Itens: 3, 2
Órgão:11 - Sec. M. Saúde-SMS/Fundo M. de Saúde-FMS
Unidade:004 - Departamento de Assistência à Saúde -das
Ação:1159 - Adquirir veículos para o Fundo Municipal de Saúde
Vínculo:00303 - SAÚDE-RECEITAS VINCULADAS (EC 29/00-15%)
Subelemento:3449052520000000000 - Veículos de tração mecânica

Código Reduzido:1277 Itens: 2
Órgão:11 - Sec. M. Saúde-SMS/Fundo M. de Saúde-FMS
Unidade:004 - Departamento de Assistência à Saúde -das
Ação:1159 - Adquirir veículos para o Fundo Municipal de Saúde
Vínculo:00303 - SAÚDE-RECEITAS VINCULADAS (EC 29/00-15%)
Subelemento:3449052520000000000 - Veículos de tração mecânica

A aquisição da ambulância Tipo A contará com recursos provenientes da Emenda Legislativa nº 001-1/2025, de autoria de Neusa H. Swarovski, no valor de R$ 274.572,87.

11. DA PREVENÇÃO À FRAUDE E À CORRUPÇÃO
11.1. Considerando que a presente contratação contempla a aquisição de veículos com recursos financeiros provenientes do Governo do Estado do Paraná, repassados por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná – SESA/PR, será obrigatória a observância das disposições relativas à prevenção à fraude e à corrupção, nos termos da **Resolução SESA nº 207/2016**, devendo a correspondente cláusula antifraude e anticorrupção constar do edital e do instrumento contratual, conforme aplicável. 11.2. A cláusula tem por objetivo assegurar o compromisso das partes envolvidas com a ética, a legalidade e a transparência, promovendo a integridade nas contratações públicas e coibindo práticas de fraude, corrupção, conluio, coerção ou obstrução durante o processo licitatório e a execução contratual. 11.3. Para cumprimento dessa diretriz, serão observadas as disposições constantes da Resolução SESA nº 207/2016 e de seu Anexo, conforme segue:

I – Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) **"prática corrupta**": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
b) "**prática fraudulenta**": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
c) "**prática colusiva**": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento dos representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
d) "**prática coercitiva**": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

e) "**prática obstrutiva**": destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral ou dos órgãos competentes de fiscalização, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nesta cláusula, bem como praticar atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de inspeção ou fiscalização.

II – Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de um contrato financiado pelo organismo.

III – Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

11.4. O cumprimento integral desta cláusula será condição essencial para celebração e execução contratual, reafirmando o compromisso da Administração Pública com a ética, a legalidade e a boa governança.

12. OUTRAS INFORMAÇÕES

12.1. O procedimento licitatório será divulgado no **Diário Oficial do Município e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP**, observadas as disposições legais aplicáveis.
12.2. Considerando a utilização de recursos provenientes do Estado do Paraná para o custeio de parte dos itens objeto da contratação, será realizada também a publicação do procedimento licitatório no **Diário Oficial do Estado do Paraná**, observadas as exigências estabelecidas nos respectivos atos de transferência ou instrumentos de repasse.
12.3. Caso a fonte de recursos ou eventual instrumento de transferência, convênio, resolução ou ato congênere utilizado para custear a contratação estabeleça outras exigências específicas de publicidade, serão realizadas as publicações adicionais cabíveis nos respectivos veículos oficiais.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As condições estabelecidas neste Termo de Referência deverão ser observadas durante todo o procedimento de contratação e na execução do objeto, em conjunto com as disposições constantes do Edital e dos demais documentos que integram o processo.
13.2. Os casos omissos serão analisados pela Administração à luz das disposições da Lei nº 14.133/2021, dos regulamentos aplicáveis e das demais normas pertinentes à contratação.

ANEXO II
(MINUTA CONTRATO)

CONTRATO N.º xxx/2026
Ref.: Pregão Eletrônico Nº 074/2026

CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO NEGRO E A EMPRESA Nome do Fornecedor

O Município de Rio Negro PR, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 76.002.641/0001-47, sita na Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070, Município de Rio Negro, Estado do Paraná, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Senhor **ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN**, inscrito no CPF/MF sob n.º **936.249.729-87**, a seguir denominada CONTRATANTE **Nome do Fornecedor,** pessoa jurídica de direito privado, sita na Nome do Logradouro, n.º Número do Imóvel, na cidade de Nome da Cidade/Sigla do UF, inscrita no CNPJ/MF sob n.º Número do CNPJ/CPF, neste ato representada por, Nome do Representante da Contratada, Representante Legal, inscrito(a) no CPF/MF sob n.º CPF do Representate da Contratada a seguir denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente Contrato, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável, assim como pelas condições do Edital de Pregão Eletrônico Número 074/2026 e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de **Aquisição de veículos novos, zero quilômetro, compreendendo 01 (uma) Ambulância tipo A - Simples remoção, 03 (três) Ambulâncias tipo B - Suporte básico e 01 (uma) Van para transporte de passageiros, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde,** nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Item	Qtde	Un.	Especificação	Preço Unitário	Preço Total

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

KARINA KUNEL SPAGNOL
OAB/PR 88.479

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
PREFEITO MUNICIPAL

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados do(a) **a partir da data de assinatura do instrumento contratual**, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

2.1. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.2. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência desse processo licitatório.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R$ **xxxxxx** (**xxxxxxxxx**).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias contados a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela.

6.2. Qualquer erro ou omissão havido na documentação fiscal ou na fatura será objeto de correção pelo Fornecedor e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente regularizado.

6.3. No caso de atraso de pagamento, desde que a contratada/beneficiária da ata não tenha concorrido, de alguma forma para tanto, serão devidos pelo Município encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de Juros Simples.

6.4. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: ED = I x N x VP, onde: ED = Encargos Devidos; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da Prestação em atraso.

6.5. Nos termos do Decreto Municipal nº 77/2023, a administração contratante procederá a retenção do Imposto de Renda de pessoas jurídicas na fonte tanto para bens, quanto prestação de serviços, conforme Instrução Normativa nº 1234, de 2012 da Receita Federal do Brasil.

6.6. Para fins de IRRF de pessoas físicas, a municipalidade seguirá a Legislação Federal, aplicando a tabela de alíquotas progressivas.

KARINA KUNEL SPAGNOL
OAB/PR 88.479

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
PREFEITO MUNICIPAL

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. O preço global para a execução do objeto será fixo, com a incidência do índice de reajustamento de preço (IPCA), com data-base vinculada à data do orçamento estimado contado em 09/10/2026.

7.2. Após o interregno de um ano do reajustamento de preço ref. item 5.1 e, independente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela contratante, do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contato a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha ser extinto ou de qualquer forma não possam ser utilizados, serão adotados em substituição os que vierem determinados pela legislação em vigor.

7.5. Os registros de reajustamento de preço, que não caracterizem a alteração do contrato, podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta), a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 15 (quinze) dias;

8.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em

decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

9.25. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.26. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.27. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.28. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

KARINA KUNEL SPAGNOL
OAB/PR 88.479

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
PREFEITO MUNICIPAL

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O presente Contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 137 147 da Lei Federal.

12.2. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 137, da Lei n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas provenientes do objeto deste contrato correrão pela seguinte dotação orçamentária

Código Reduzido:698 Itens: 2, 1
Órgão:11 - Sec. M. Saúde-SMS/Fundo M. de Saúde-FMS
Unidade:004 - Departamento de Assistência à Saúde -das
Ação:1159 - Adquirir veículos para o Fundo Municipal de Saúde
Vínculo:00000 - RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)
Subelemento:3449052520000000000 - Veículos de tração mecânica

Código Reduzido:1308 Itens: 1
Órgão:11 - Sec. M. Saúde-SMS/Fundo M. de Saúde-FMS
Unidade:004 - Departamento de Assistência à Saúde -das
Ação:1159 - Adquirir veículos para o Fundo Municipal de Saúde
Vínculo:10190 - Emendas Individuais do Legislativo
Subelemento:3449052520000000000 - Veículos de tração mecânica

Código Reduzido:1276 Itens: 3, 2
Órgão:11 - Sec. M. Saúde-SMS/Fundo M. de Saúde-FMS
Unidade:004 - Departamento de Assistência à Saúde -das
Ação:1159 - Adquirir veículos para o Fundo Municipal de Saúde
Vínculo:10054 - TRANSPORTE SANITÁRIO
Subelemento:3449052520000000000 - Veículos de tração mecânica

Código Reduzido:1277 Itens: 3, 2
Órgão:11 - Sec. M. Saúde-SMS/Fundo M. de Saúde-FMS
Unidade:004 - Departamento de Assistência à Saúde -das
Ação:1159 - Adquirir veículos para o Fundo Municipal de Saúde
Vínculo:00303 - SAÚDE-RECEITAS VINCULADAS (EC 29/00-15%)
Subelemento:3449052520000000000 - Veículos de tração mecânica

Código Reduzido:1277 Itens: 2
Órgão:11 - Sec. M. Saúde-SMS/Fundo M. de Saúde-FMS
Unidade:004 - Departamento de Assistência à Saúde -das
Ação:1159 - Adquirir veículos para o Fundo Municipal de Saúde
Vínculo:00303 - SAÚDE-RECEITAS VINCULADAS (EC 29/00-15%)
Subelemento:3449052520000000000 - Veículos de tração mecânica

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

KARINA KUNEL SPAGNOL
OAB/PR 88.479

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
PREFEITO MUNICIPAL

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA– PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PREVENÇÃO À FRAUDE E À CORRUPÇÃO

16.1. Considerando que a presente contratação contempla a aquisição de veículos com recursos financeiros provenientes do Governo do Estado do Paraná, repassados por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná – SESA/PR, será obrigatória a observância das disposições relativas à prevenção à fraude e à corrupção, nos termos da Resolução SESA nº 207/2016, devendo a correspondente cláusula antifraude e anticorrupção constar do edital e do instrumento contratual, conforme aplicável.

16.2. A cláusula tem por objetivo assegurar o compromisso das partes envolvidas com a ética, a legalidade e a transparência, promovendo a integridade nas contratações públicas e coibindo práticas de fraude, corrupção, conluio, coerção ou obstrução durante o processo licitatório e a execução contratual.

16.3. Para cumprimento dessa diretriz, serão observadas as disposições constantes da Resolução SESA nº 207/2016 e de seu Anexo, conforme segue:

I – Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) "**prática corrupta**": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
b) "**prática fraudulenta**": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
c) "**prática colusiva**": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento dos representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
d) "**prática coercitiva**": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
e) "**prática obstrutiva**": destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral ou dos órgãos competentes de fiscalização, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nesta cláusula, bem como praticar atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de inspeção ou fiscalização.

II – Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de um contrato financiado pelo organismo.

III – Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

16.4. O cumprimento integral desta cláusula será condição essencial para celebração e execução contratual, reafirmando o compromisso da Administração Pública com a ética, a legalidade e a boa governança.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1 Fica eleito o foro da Comarca de Rio Negro PR, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato.

Rio Negro, Data da Assinatura.

KARINA KUNEL SPAGNOL
OAB/PR 88.479

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
PREFEITO MUNICIPAL

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Nome do Representante da Contratada
Nome do Fornecedor

FISCAIS:

FABIO ELIAS
Fiscal do Contrato

JACIARA CENI WOTROBA LUDERS
Fiscal Suplente do Contrato

TESTEMUNHAS:

MAYRA LUANA KONELL
Gestor do Contrato
Secretária Municipal de Saúde

TATIANE IZABELE SCHENOVEBER RODRIGUES
Secretária Municipal da Fazenda

KARINA KUNEL SPAGNOL
OAB/PR 88.479

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO III

JUSTIFICATIVA PELA NÃO EXCLUSIVIDADE DE ITENS PARA MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Em atendimento ao artigo 49 da Lei Complementar nº. 123/2006, justifica-se a não realização da exclusividade de participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte pela não existência de no mínimo 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados no porte estabelecido sediados dentro da Microrregião Geográfica Rio Negro ou também conhecida como Microrregião 39; a qual abrange as cidades de: Agudos do Sul, Campo do Tenente, Piên, Quitandinha, Rio Negro e Tijucas do sul. Tal região foi definida na Lei Municipal Complementar 027/2016 em seu artigo 28 § 3°, sendo sua classificação e delimitação dada pelo IBGE e IPARDES.

A constatação da quantidade de fornecedores competitivos foi possível por meio de consulta ao SICAF (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores), plataforma na qual fornecedores interessados em participar do processo deverão estar cadastrados. Na plataforma pesquisando pela linha de fornecimento igual/similar ao objeto do edital não foi encontrado o número mínimo de 3 (três) fornecedores cadastrados e enquadrados como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte dentro da região pré-estabelecida.

Sendo assim, de acordo com a alínea II do artigo 49 da Lei Complementar 123/2006, conclui-se pela não realização da exclusividade de participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte para este Pregão.

REFERÊNCIAS:

Lei Municipal Complementar 027/2016
Lei Complementar 123/2006. Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.
Municípios abrangidos pela Microrregião 39: http://www.ipardes.gov.br

KARINA KUNEL SPAGNOL
OAB/PR 88.479

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO IV
MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL
(em papel personalizado da empresa)
Modelo editável aqui: https://c.ipm.com.br/p16f887a6ec5ad

PROPOSTA COMERCIAL

AO MUNICÍPIO DE RIO NEGRO – PR
PREGÃO ELETRÔNICO Nº xx/202x.
PROCESSO Nº xx/202x.

PROPONENTE:
N.º CNPJ:
ENDEREÇO COMPLETO:
PESSOA PARA CONTATOS:
TELEFONES:
E-MAIL:
DADOS BANCÁRIOS: Banco: _____ Agência: _____Nº C/C:_____

Senhor (a) Pregoeiro (a),
Apresentamos nossa proposta de preços para o presente processo licitatório:

Item	Qtde	Un.	Especificação	Marca	Modelo	Preço Unitário	Preço Total
1							

Valor total: XX.XXX,XX (valor por extenso).

Declaramos que no valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

O prazo de validade de nossa proposta é de ____ (_____) dias, contados da data de sua apresentação. (Obs.: Não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias).

Declaramos plena aceitação das condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos a assinar o Contrato no prazo determinado no Edital, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

Dados do representante legal da empresa para assinatura do contrato:

Nome:	CPF:
Data de Nascimento:	RG nº:
Cargo/Função:	Exped RG:
Endereço completo:	
Email:	Telefone:

Local, data, nome e assinatura do responsável legal da empresa

ANEXO V

MANUAL IDENTIDADE DE FROTAS SESA – MODELO PLOTAGEM DOS VEÍCULOS

OS ARQUIVOS ANEXOS SÃO DISPONIBILIZADOS VIA INTERNET - modelo da plotagem dos veículos, anexados na página oficial do município, qual seja: https://rionegro.atende.net/transparencia/item/licitacoes-gerais - Inserir no filtro os dados do processo: (Ano:2026 - Modalidade: Pregão Eletrônico – Lei 14.133/2021) – Localizar o pregão eletrônico pelo seu número, clicar na Lupa e acessar o anexo desejado

ou ainda através do link:

https://c.ipm.com.br/p6198260aefeeb